



DESAFIOS DA ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO FRENTE À CRIANÇA/ADOLESCENTE VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL: REVISÃO NARRATIVA

Luana Teixeira Amorim¹
Jéssica Maria Gomes Araújo²
Ana Carolina Oliveira de Freitas³
Sara Ellén Rodrigues de Lima⁴
Susiany Ferreira de Oliveira⁵
Josefa Nayara de Lima⁶

INTRODUÇÃO

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo perante a lei qualquer atentado, por ação ou omissão, que interfira em seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990).

Considerada um problema de saúde pública complexo que atinge milhares de vítimas de maneira silenciosa, a violência sexual acomete todas as classes sociais, independente do gênero, raça, etnia, religião ou aspectos culturais, estruturando-se a partir de dinâmicas arbitrárias entre agressores, crianças e adolescentes, envolvendo famílias e desestruturando tecidos sociais (MIRANDA *et al.*, 2020).

A violência sexual caracteriza-se pela estimulação sexual de uma criança ou adolescente cujo agressor é mais velho ou possui o desenvolvimento psicosssexual superior ao da vítima. Pode envolver relações homossexuais ou heterossexuais e ocorrer em situações como violação, incesto, assédio e exploração sexual, pornografia, pedofilia, manipulação dos genitais, seios ou ânus, ou mesmo penetração sexual, intimidade forçada, exibicionismo, jogo sexual, além de pornografia não consensual e forçada (MIRANDA *et al.*, 2020).

Segundo o Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) entre 2017 e 2020 foram reportados 179.277 casos de estupro, dentre eles 62 mil são crianças até 10 anos, um equivalente a um terço do total destes quatro anos (UNICEF, 2021).

Destaca-se que os dados epidemiológicos estão baseados em casos notificados, dessa forma, não abrangem a totalidade de ocorrências, tendo em vista que, muitas das vezes estes casos não chegam a serem notificados, por diversos motivos. Dentre eles estão o medo do agressor ou até mesmo o fato deste ser um membro da família, bem como o sentimento de culpa muitas vezes imposto pela sociedade (UNICEF, 2021).

1Estudante de graduação em Enfermagem. Universidade Regional do Cariri, e-mail: luana.amorim@urca.br

2Estudante de graduação em Enfermagem. Universidade Regional do Cariri, e-mail: jessica.gomes@urca.br

3Estudante de graduação em Enfermagem. Universidade Regional do Cariri, e-mail: carolina.freitas@urca.br

4Estudante de graduação em Enfermagem. Universidade Regional do Cariri, e-mail: sara.rodrigues@urca.br

5Estudante de graduação em Enfermagem. Universidade Regional do Cariri, e-mail: susiany.oliveira@urca.br

6Enfermeiro. Docente do curso de Enfermagem. Universidade Regional do Cariri, e-mail: josefa.lima@urca.br



XVI SEURCA



"O protagonismo da enfermagem na promoção da saúde e sustentabilidade de populações em situação de vulnerabilidade."

09 a 12 de maio de 2023

Evidencia-se que os impactos da violência infantil vão para além das repercussões sexuais, como também podem vir a apresentar problemas psicológicos a longo prazo, dentre eles: a depressão e ansiedade. Além de problemas físicos como a laceração, sangramento vaginal e anal, gravidez, infecções sexualmente transmissíveis (IST's) e rompimento do hímen (CRUZ *et al.*, 2021).

Desse modo, percebe-se que a repercussão do trauma, devido a esses abusos na infância e na adolescência trará um grande impacto para a vida dessas crianças e é nesse momento que o enfermeiro deve se atentar em saber agir da forma correta e na hora certa, pois a negligência tende a aumentar o sofrimento dessa criança (LEITE *et al.*, 2016).

Logo, o enfermeiro por ser o profissional de primeiro contato, que lida com questões de saúde pública, deve possuir o conhecimento necessário sobre a violência sexual em crianças e adolescentes para prestar assistência de qualidade e implementar de forma resolutiva planos de cuidado às vítimas e famílias (SILVA, *et al.*, 2021).

Sendo assim, a problemática do presente estudo fundamentou-se na seguinte questão norteadora: quais os desafios enfrentados por enfermeiros durante a sua atuação frente à violência sexual em crianças e adolescentes? Por conseguinte, o presente estudo teve como objetivo: identificar os principais desafios enfrentados pelo enfermeiro durante sua atuação no atendimento a crianças/adolescente vítima de violência sexual.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com abordagem qualitativa, cuja coleta de dados foi realizada no mês de maio de 2023, nas bases de dados SciELO, MEDLINE e CINAHL as quais foram identificadas a partir da utilização dos seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): violência contra a mulher; abuso sexual na infância e papel do profissional de enfermagem, cruzados simultaneamente através do *booleano* "AND".

Foram estabelecidos como critérios de inclusão: artigos originais, nos idiomas inglês, português e espanhol, que versassem sobre a temática do estudo e que respondessem à questão norteadora desta pesquisa. Quanto aos critérios de exclusão: foram excluídos artigos duplicados e que não apresentavam texto completo e disponível para *download*.

A busca identificou, inicialmente 56 artigos. Após a leitura dos títulos dos artigos, notou-se que alguns deles se repetiram nas diferentes bases e outros não preenchiam os critérios deste estudo. Dessa forma, foram selecionados 13 artigos para a leitura na íntegra e excluídos os que não diziam respeito ao propósito deste estudo, sendo a maior quantidade das exclusões referentes à prevalência de outros tipos de violência e/ou não implicam diretamente as intervenções de enfermagem. Após a leitura, foram selecionados apenas 5 artigos, que preenchiam os critérios inicialmente propostos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No processo de análise de dados emergiram duas categorias relacionadas aos desafios e dificuldades da atuação dos profissionais de saúde em relação à violência sexual na infância e adolescência, desenvolvidas a seguir: Falta de treinamento/capacitação e Despreparo para notificar os casos e receio de envolvimento judicial.

FALTA DE TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO:



XVI SEURCA



"O protagonismo da enfermagem na promoção da saúde e sustentabilidade de populações em situação de vulnerabilidade."

09 a 12 de maio de 2023

Os estudos evidenciaram manifestações advindas dos profissionais de enfermagem quanto à necessidade de serem treinados e capacitados periodicamente com o conhecimento específico para este tipo de atendimento, tendo em vista, a prestação de um atendimento individualizado de forma a ajudar no restabelecimento e na melhoria da evolução do prognóstico da vítima de violência sexual (VIEIRA *et al.*, 2015).

Os autores Santos *et al* (2019), apontam que em muitos casos esses profissionais não se sentem capacitados para lidar com as situações de violência sexual. Para tanto, expressam o desejo e a necessidade de receber instruções específicas, para saber lidar com essas situações, a qual exigem o aperfeiçoamento do conhecimento com relação aos aspectos legais visando uma assistência eficaz e eficiente quanto às necessidades humanas.

Outro estudo corrobora com esses dados, ao identificar as dificuldades dos profissionais no manejo da violência contra crianças e adolescentes, em grande parte devido à ineficiência dos serviços de saúde, que vão desde a falta de treinamento e protocolos até a falta de procedimentos específicos de fiscalização. Em relação à educação continuada dos profissionais de saúde após a formação, o Ministério da Saúde oferece cursos online gratuitos de especialização e aperfeiçoamento para capacitar equipes para o atendimento a essas vítimas de violência sexual. As unidades de saúde devem fornecer incentivos para a conclusão desses cursos, a fim de fornecer cuidados consistentes e satisfatórios (SILVA *et al.*, 2021).

Os autores Maia *et al* (2020), enfatizam que o atendimento às vítimas de abuso sexual e seus familiares precisa ser aprimorado, principalmente com a implementação de orientações mais efetivas e capacitação dos profissionais para melhorar a qualidade dos serviços prestados. Além disso, a atuação deve ser interdisciplinar e intersetorial. Destaca-se que, o treinamento dos profissionais é considerado requisito para elegibilidade ao atendimento e tem relevância direta para outros órgãos que também atendem vítimas e seus familiares, sendo importante que todos os órgãos atuem de forma igualitária.

DESPREPARO PARA NOTIFICAR OS CASOS E RECEIO DE ENVOLVIMENTO JUDICIAL:

A identificação e notificação dos casos de violência sexual são de responsabilidade da equipe de saúde. No entanto, estudos evidenciam que muitas das vezes não é o que ocorre, pois, alguns profissionais apresentam dificuldades para notificar os casos de violência sexual, além de desconhecerem o que notificar e possuir receio de envolvimento judicial (SOUZA *et al.*, 2015).

Em alguns casos de violência sexual infantil, há o envolvimento de familiares, dificultando a identificação do agressor e levando os profissionais a não denunciar, por medo do envolvimento e descrença na resolução das ocorrências, muitas das quais não são legais. Com isso, muitas ocorrências acabam sendo arquivadas por falta de base legal e policial satisfatória para investigar e apurar os fatos (EGRY *et al.*, 2018).

Segundo o relatório da Agência de Direitos Fundamentais da União Europeia (2015), a maioria dos profissionais falha em reconhecer, compreender e cumprir as notificações devido à dificuldade de reconhecer sinais de abuso e violência sexual contra crianças, sugerindo uma forte necessidade de capacitação.

Um estudo brasileiro que avaliou um sistema de indicadores de atendimento à violência revelou grandes deficiências na sistematização do atendimento e registro dos casos acompanhados pelos conselhos tutelares e secretarias municipais de saúde, educação e



assistência social. Embora sejam registrados em prontuários, os dados brutos impossibilitam o acesso rápido às informações. Isso sugere baixa qualidade dos registros institucionais devido à cultura institucional que não valoriza os registros e à necessidade de capacitação dos profissionais da rede de atenção (DESLANDES *et al.*, 2014).

A busca evidencia que ainda são escassos os estudos recentes que discutem os desafios da atuação do profissional de enfermagem frente à violência sexual contra crianças e adolescentes. Nesta vertente, esse trabalho contribuirá para que haja mais informações acerca da temática e dessa forma proporcionar para os profissionais de saúde, pacientes e familiares maiores conhecimentos e segurança frente à essas questões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desse estudo, foi possível identificar que os desafios na atuação do enfermeiro no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual consistem na falta de treinamento, medo, receio, despreparo e falha no reconhecimento da violência.

Além disso, a notificação é entendida como uma das principais etapas do processo de resposta à violência contra a criança, pois a partir da notificação emergem ações nas redes de atenção e proteção para promover, prevenir a reincidência e estabelecer planos de cuidados em situações de violência.

Conclui-se, por conseguinte, que os resultados encontrados com a análise estimulam novas ideias e conceitos sobre os mecanismos da violência sexual e a implementação de planos de atendimentos para as vítimas e suas famílias. Portanto, é necessário mais apoio governamental, por meio de capacitações e treinamentos, para que os profissionais de enfermagem possam se sentir mais seguros ao atuar nesses casos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências** [Internet]. Brasília; 1990 [citado 2018 dez. 12]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069. Acesso em: 02 mar. 2023.

CRUZ, M.A, *et al.* Repercussões do abuso sexual vivenciado na infância e adolescência: revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 4, p. 1369-1380, abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021264.02862019>. Acesso em: 3 maio 2023.

DESLANDES, S.F, *et al.* Análise de desempenho de sistema de indicadores para o enfrentamento da violência intrafamiliar e exploração sexual de crianças e adolescentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 3, p. 865-874, mar. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014193.06012013>. Acesso em: 3 maio 2023.

EGRY, E.Y, *et al.* Notificação da violência infantil, fluxos de atenção e processo de trabalho dos profissionais da Atenção Primária em Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 1, p. 83-92, jan. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018231.22062017>. Acesso em: 3 maio 2023.

European Union Agency for Fundamental Rights. (2015a). Provisions on professionals' legal obligation to report cases of child abuse, neglect and violence. [Internet]. 2015 [cited 2017 Abr



05]. Available from: [http:// fra.europa.eu/en/publication/2015/mappingchild-protection-systems-eu/reporting-1](http://fra.europa.eu/en/publication/2015/mappingchild-protection-systems-eu/reporting-1). Acesso em: 02 mar. 2023.

LEITE, J.T, *et al.* Enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes na perspectiva de enfermeiros da atenção básica. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, n. 2, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.02.55796>. Acesso em: 3 maio 2023.

MAIA, J.N, *et al.* Violence against children: the routine of the professionals in the primary health care. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, v. 17, n. 5, p. 593, 30 nov. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.15253/2175-6783.2016000500003>. Acesso em: 3 maio 2023.

Miranda M.H.H, *et al.* Sexual violence against children and adolescents: an analysis of prevalence and associated factors. *Rev Esc Enferm USP*. 2020;54:e03633. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2019013303633>. Acesso em: 03 maio 2023

SANTOS, M.J, *et al.* Prevalence of sexual violence and associated factors among primary school students–Brazil, 2015. **Ciencia & saude coletiva**, v. 24, p. 535-544, 2019. Acesso em: 03 maio 2023

SILVA, P.L.N, *et al.* Desafios da atuação do enfermeiro frente à violência sexual infanto-juvenil / Challenges of nurses' performance in the face child and adolescent sexual violence. **Journal of Nursing and Health**, v. 11, n. 2, 26 abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/jonah.v11i2.19482>. Acesso em: 3 maio 2023.

SOUZA, C.S, *et al.* Notificação da violência infanto-juvenil em Serviços de Emergência do Sistema Único de Saúde em Feira de Santana, Bahia, Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 18, n. 1, p. 80-93, mar. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-5497201500010007>. Acesso em: 3 maio 2023.

UNICEF (Brasil). **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexualcontra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>. Acesso em: 03 maio 2023.

VIEIRA, L.J.E.S, *et al.* Capacitação para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes em quatro capitais brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 11, p. 3407-3416, nov. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152011.20512014>. Acesso em: 3 maio 2023.